



NOTA 16.1 – USO DOS RECURSOS ORIUNDOS DA CAPTAÇÃO DE RECURSOS

No ano de 2017, o uso dos recursos oriundos da Captação de Recursos atingiu o montante de R\$ 40.736.366 (Quarenta milhões, setecentos e trinta e seis mil e trezentos e sessenta e seis reais), o que significa um aumento de 15,15% (Quinze vírgula quinze por cento) em relação ao exercício de 2016 que foi de R\$ 35.375.480 (Trinta e cinco milhões, trezentos e setenta e cinco mil e quatrocentos e oitenta reais), contribuindo decisivamente para o resultado superavitário ora verificado. O ótimo desempenho na utilização dos recursos citados, deve-se à adequação da estrutura administrativa e adoção de processos de gestão voltados ao fiel cumprimento dos planos de aplicação de cada projeto de captação e/ou convênio. Todos os valores de captação apresentados estão ou em conta no Ativo (Nota 6) ou aparecem como "uso dos recursos captados", nesta Nota. Ressalte-se que a totalidade da captação ocorrida no transcurso de 2017 só será reconhecida contabilmente quando efetivamente depositada nas contas bancárias da Associação.

NOTA 17- GLOSAS DE CONVÊNIOS

As glosas são registradas mensalmente, em obediência ao princípio de competência e são provenientes do não pagamento por parte dos planos de saúde e convênios médicos de valores referentes a procedimentos, medicamentos, materiais e taxas aplicados no atendimento de pacientes.

Quando da implantação do Sistema Integrado de Gestão Hospitalar (MV 2000) em junho de 2012, optou-se pelo processo de faturamento integral, que a tudo incluiu, desconsiderando eventuais erros de registro, cadastro e divergências de tabelas, entre outros. Por decorrência disto, o alto percentual de glosas em anos anteriores, que chegaram a 18% (Dezoito por cento) do faturamento.

Em 2016, para um faturamento de R\$ 86.753.028 de receitas com Convênios (planos de saúde) foram registradas glosas no valor de R\$ 4.717.150, ou seja, 5,44%.

Já no exercício de 2017, para um faturamento de R\$ 103.239.731 (19% maior que 2016), foram registradas glosas no valor de R\$ 4.680.935, que representam 4,53% do faturamento. Esta boa melhoria de performance deve-se à contínua gestão e melhoria dos processos de faturamento, envolvendo toda a estrutura interna, bem como pela atuação eficaz juntos aos convênios e planos de saúde.

NOTA 18 - DESPESAS OPERACIONAIS

NOTA 18.1 DESPESAS ADMINISTRATIVAS GERAIS

Em 2017, o total de R\$ 36.099.453 no grupo de Despesas Administrativas Gerais, foi novamente afetado por um aumento significativo de R\$ 5.896.108 relacionado a despesas com provisões para contingências (ver nota 14).

NOTA 18.2 OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)

	2017	2016
Receita com Locação de Imóvel	277.464	229.048
Receita Com uso da marca	-	1.650.000
Receita Estacionamento	160.888	182.145
Receitas de Convênios para Estágio	1.383.973	1.641.436
Receitas Com Pesquisas Clínicas	1.702.506	-
Outras Receitas Operacionais	480.498	659.304
Reversão Provisão s/ Recebíveis SUS (*)	-	(6.000.000)
Outras Despesas Operacionais	(73.487)	(113.839)
Total	3.931.842	(1.751.906)

(*) Valor computado no resultado do exercício de 2016 como perda, decorrente de reversão de provisão sobre recebíveis do SUS efetuadas em exercícios anteriores, a partir de 2009.

NOTA 19 - RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2017	2016
Receitas Financeiras		
Receitas de Aplicações Financeiras	1.284.933	839.034
Descontos Obtidos	663.979	391.176
Juros Recebidos	487.264	323.001
Total das Receitas Financeiras	2.436.176	1.553.211
Despesas Financeiras		
Juros Pagos/Descontos Concedidos	(592.139)	(586.908)
Taxas e Comissões bancárias	(423.033)	(363.430)
Encargos sobre Empréstimos Bancários	(2.972.272)	(2.524.233)
Total das Despesas Financeiras	(3.987.444)	(3.474.571)
Resultado Financeiro Líquido	(1.551.268)	(1.921.360)

NOTA 20- PRESTAÇÃO ANUAL DE SERVIÇOS AO SUS

Consoante às disposições do Decreto 7.237 de 20/07/2010, a entidade atendeu no exercício de 2017 as disposições estabelecidas pelo referido diploma legal. A legislação pertinente estabelece ainda que a entidade ofereça e preste efetivamente, pelo menos, sessenta por cento dos seus serviços ao Sistema Único de Saúde - SUS. A Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro atingiu o percentual de 60,45% de atendimentos aos pacientes do SUS (Sistema Único de Saúde), considerando a totalidade das diárias produzidas, dividida pelas diárias (pacientes) dos SUS (Sistema Único de Saúde).

NOTA 21 - APLICAÇÃO DE RECURSOS EM GRATUIDADE NA ÁREA DE EDUCAÇÃO

Em concordância com as políticas da área de ensino desta Associação, em 2017 foram investidos R\$ 6.739.565 em educação (aumento de 69,70% em relação a 2016), a título de gratuidade em educação, além de bolsas de estudos, como incentivo ao desenvolvimento técnico e científico de profissionais da área de saúde, em sua maioria colaboradores lotados no Complexo Pequeno Príncipe.

NOTA 22 - ISENÇÕES USUFRUÍDAS

Em 2017 a Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro obteve isenções fiscais no valor total de R\$ 41.860.226 (Quarenta e um milhões, oitocentos e sessenta mil e duzentos e vinte e seis reais), distribuídas da seguinte forma:

RESUMO DAS ISENÇÕES POR INSTITUIÇÃO 2017					
	HPP	CEVA	FPP	IPP	Total
IRPJ	4.325.479	-	-	-	4.325.479
CSLL	1.565.812	-	-	-	1.565.812
INSS - Patronal	20.020.563	86.874	2.612.686	807.095	23.527.218
COFINS	2.883.071	184.830	868.531	-	3.936.432
PIS	1.344.829	43.172	282.163	29.032	1.699.196
IPTU	34.212	-	-	-	34.212
ISS	5.016.275	308.050	1.447.552	-	6.771.877
TOTAL GERAL	35.190.241	622.926	5.210.933	836.127	41.860.226

NOTA 23 - TRABALHO VOLUNTÁRIO

O custo do trabalho voluntário foi estimado pela Associação com base nos valores praticados pelo mercado para as atividades exercidas pelos voluntários, conforme demonstrado a seguir:

TRABALHO VOLUNTÁRIO		
Exercício	Total de Horas	Valor total
2016	22.066	R\$ 882.640
2017	18.436	R\$ 921.800

NOTA 24 - COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2017 a Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro possuía apólices de seguro contratado junto a seguradoras do país para a cobertura de riscos diversos, incêndio e roubo para imóveis, veículos e equipamento. A administração da Entidade considera que o montante de cobertura de seguros é suficiente para cobrir eventuais sinistros em suas instalações e bens.

Ety da Conceição Gonçalves Forte
Presidente - CPF 819.422.739-91

José Álvaro da Silva Carneiro
Diretor Corporativo - CPF 010.153.039-00
Carlos Antonio da Fonseca
Contador CRCSP 135796/0-O SPR
CPF 039.127.858-48

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores da
ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO
Curitiba - PR

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos mencionados na seção a seguir, intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – (IASB) e as entidades sem fins lucrativos (ITG 2002R1).

Base para opinião com ressalva

Adequação da Depreciação conforme a Vida Útil do Bem

Conforme previsto na NBC TG 1000 - Contabilidade para pequenas e Médias empresas, em sua Seção 17 - Ativo Imobilizado, a Associação não realizou a revisão da vida útil dos bens do ativo imobilizado. Desta forma, não foi possível mensurar os eventuais efeitos sobre os valores de depreciação nas respectivas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros Assuntos

As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016 apresentadas comparativamente, foram por nós examinadas, de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório de auditoria com ressalvas, datado em 31 de março de 2017.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil às entidades sem fins lucrativos (NBC ITG 2002R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba - PR, 09 de abril de 2018.

CARLOS ALBERTO FELISBERTO
Contador CRC (PR) nº 037293/O-9



MARTINELLI AUDITORES
CRC (SC) nº 001.132/O-9



QUER
ANUNCIAR?

3321.5050
publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

SEU NEGÓCIO NO IMPRESSO
E NO DIGITAL

